

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 1.1103.13

PROCESSO N.: 33651/2013 (01 volume e 01 anexo)

JURISDICIONADAS: Polícia Civil do Distrito Federal.

ASSUNTO: Inspeção

EMENTA: Inspeção. Exame de atos relativos à remuneração e à cessão de servidores da PCDF. Atos em desacordo com as normas vigentes. Determinação. Audiência.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos de inspeção realizada na Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para avaliar o cumprimento das Decisões n. 596/2006 (item IV-a), 3552/2005 (itens III, IV e V-b) e 1929/2013 (itens II e III-a), cópias às fls. 01, 10/11 e 41, respectivamente.

2 Na presente fiscalização, por analogia, foram aplicadas as seguintes técnicas de auditoria: exame dos documentos originais, correlação das informações obtidas.

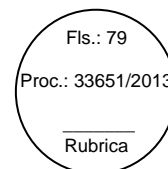
DECISÃO N. 596/2006 (ITEM IV-A)

3 Na Sessão Ordinária n. 3984, de 14/03/2006, ao examinar o Processo n. 3542/1998¹, mediante a Decisão n. 596/2006 (item IV-a), fl. 01 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:

(...) IV) autorizar: a) a verificação, em futura fiscalização na PCDF, das providências adotadas após o deslinde do Processo/TJDFT 2001.01.1.105887-3; (...).

4 O Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3 versou sobre a legalidade do pagamento de gratificações a policiais civis cedidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Conforme registrado às fls. 64/66, os autos transitaram em julgado em 12/12/2005 com a negativa de provimento do pleito dos servidores impetrantes.

¹ Autuado para processar a Representação nº 7/1998, formulada pela então 1ª Inspeção de Controle Externo, em razão de matéria jornalística em que se noticiava a existência de grande contingente da Polícia Militar exercendo função estranha à segurança pública. Nos autos também foi examinado o pagamento da gratificação instituída pela Lei nº 1654/1997 a servidores civis e militares das carreiras de segurança pública do Distrito Federal, norma considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF (ADI 2705), conforme registrado às fls. 02/04.



5 Em consequência, por meio da Nota de Inspeção n. 01/33651/2013, fls. 71/72, foram solicitados esclarecimentos à PCDF sobre as ações administrativas desencadeadas pela jurisdicionada após o deslinde do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3. Em resposta, por meio do Ofício n. 2970/2013-DGP, de 21/10/2013, fls. 01/03 do Anexo I, a PCDF noticiou que:

“ (...) em março/2002, em cumprimento ao contido na Decisão nº 766/2002² – TCDF, a qual estabeleceu que “a incorporação da referida vantagem deverá ser pelo valor da retribuição das atividades efetivamente exercidas na câmara Legislativa e não pelo valor dos cargos resultantes da correlação prolatada na referida Instrução Normativa”, a incorporação da vantagem passou a ser com o fundamento nos cargos comissionados do órgão cessionário.

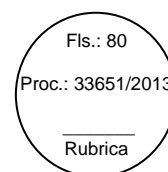
Contudo, a incorporação de décimos foi extinta no ano de 2006 em razão do advento da Lei Federal nº 11.361/2006, com vigência a contar de 1º de setembro de 2006, a qual implementou o subsídio como forma de pagamento aos integrantes das Carreiras de Delegado de Polícia e de Policial Civil do Distrito Federal, oportunidade em que todas as parcelas foram absorvidas.”

6 Verifica-se, portanto, que com o advento da Lei Federal n. 11.361/2006 e da negativa de provimento da ação judicial objeto do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3 tornou-se desnecessária a adoção de providências administrativas saneadoras pela Polícia Civil do Distrito Federal, no que tange a eventuais ajustes na remuneração dos servidores à época cedidos à Câmara Legislativa.

7 Registre-se que, em caráter excepcional, o egrégio Plenário considerou regulares os atos praticados pela PCDF em virtude da sistemática remuneratória introduzida pela Lei Federal n. 11.361/2006, conforme registrado Decisão n. 6868/2006:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - aplicar aos servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal o Regime Jurídico disciplinado pela Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, e, subsidiariamente, o Regime Jurídico estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ambas com as modificações ocorridas na área federal; II - excepcionalmente, em

² O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) ter por cumprida a determinação constante da Decisão n.º 9.859/2000; II) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; III) tomar conhecimento do apostilamento efetuado nos autos; IV) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do DF que reveja o apostilamento, para inclusão da melhoria posterior decorrente de atualização de Quintos incorporados, transformados em Décimos (considerando a correlação de cargos da Instrução Normativa nº 2, de 2 de setembro de 1998, da Secretaria de Administração), haja vista que, de acordo com o novo entendimento preconizado na Decisão TCDF nº 22/2000, S.E.A nº 320 de 24.08.2000, mantida pela Decisão nº 5.836/2001, S.O. nº 3.608, de 11.09.2001, a incorporação da referida vantagem deverá ser pelo valor da retribuição das atividades efetivamente exercidas na Câmara Legislativa e não pelo valor dos cargos resultantes da correlação prolatada na referida Instrução Normativa, o que será objeto de verificação em futura auditoria.



razão da nova sistemática remuneratória introduzida pela Lei federal nº 11.361, de 19/10/06, e em benefício do princípio da segurança jurídica, considerar regulares os procedimentos até então realizados pela Polícia Civil do Distrito Federal quanto à forma e à legislação utilizada para fundamentar a concessão de licença-prêmio por assiduidade e a incorporação de quintos ou décimos, opção e representação e parcelas de adicional por tempo de serviço aos vencimentos, proventos e pensões referentes aos policiais civis do Distrito Federal; III - vincular a definição quanto à competência para legislar sobre a organização administrativa das unidades e respectivos cargos ou funções comissionados da Polícia Civil do Distrito Federal ao que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 3666, que aprecia a constitucionalidade das Leis distritais nos 2.835/2001, 3.100/2002 e 3.656/2005; IV - informar o teor desta decisão à Governadora do Distrito Federal, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; V - autorizar o arquivamento dos autos. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto da Relatora. (não há grifo no original)

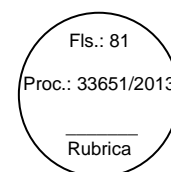
8 Assim, encontra-se superado o item IV-a da Decisão n. 596/2006.

DECISÃO N. 3552/2005 (ITENS III E IV)

9 Na Sessão Ordinária n. 3933, de 21/07/2005, ao examinar o Processo n. 2254/2003³, mediante a Decisão n. 3552/2005 (itens III, IV e V-b), fls. 10/11 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:

(...) III) recomendar à PCDF a adoção de providências com o objetivo de minimizar as situações observadas ao longo da auditoria, especialmente quanto à cessão de servidores da carreira de polícia civil a outros órgãos, haja vista a elevada demanda de serviços naquela instituição e, ainda, a perspectiva de número considerável de servidores que estarão aptos a solicitar aposentadoria nos próximos anos, conforme relatado nos parágrafos 123 a 128 do Relatório de Auditoria nº 11/2004, sem prejuízo das iniciativas cabíveis no sentido de recompor as vagas abertas no quadro de pessoal; IV) recomendar à PCDF que estude a viabilidade de: a) desenvolver programas informatizados de acompanhamento sobre a elucidação dos crimes apurados em inquéritos, com o intuito de constituir mais uma ferramenta de apoio às decisões gerenciais daquela instituição, informando àquele órgão, desde já, que os programas desenvolvidos em conjunto pela equipe de auditoria e a Divisão de Informática da PCDF se encontram armazenados naquele setor e nesta Casa, disponíveis para uso e aperfeiçoamento, conforme relatado no item III.3. Elucidação de crimes - parágrafos 66 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; b) no desenvolvimento a que se refere o item anterior, incluir programas que afirmem o grau de diferença em elucidação de crimes, pela PCDF, por regiões administrativas no DF, a fim de dispensar-lhes tratamento equânime, a exemplo da metodologia utilizada pela equipe de auditoria, conforme relatado nos parágrafos 116 a

³ Autuado para processar a Auditoria Operacional levada a efeito na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, na Polícia Civil do Distrito Federal, na Polícia Militar do Distrito Federal, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e no Departamento de Trânsito do Distrito Federal, realizada ao longo dos exercícios de 2002 e 2003 e originalmente tratada no Processo-TCDF nº 988/2002.



122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; c) fazer registrar, para cada ocorrência criminal ou inquérito policial, informação direta sobre a localidade no DF onde se deu o ilícito penal, conforme relatado nos parágrafos 109 a 111 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; V) autorizar: (...) b) a verificação, em futura auditoria, da efetividade das medidas a que se referem os itens III e IV anteriores; (...).

10 No que tange ao item IV, a verificação do acolhimento das recomendações da Corte integrou o roteiro da Auditoria Operacional realizada na Polícia Civil do Distrito Federal no âmbito do Processo nº 11461/2013. Portanto, a matéria não foi objeto de exame na presente inspeção.

11 Quanto ao item III, por meio da Nota de Inspeção n. 01/33651/2013, fls. 71/72, foram solicitados esclarecimentos à PCDF sobre as medidas adotadas pela jurisdicionada em atenção à decisão da Corte. Na sequência, foi selecionada amostra para fiscalização *in loco* contendo os processos em que houve a cessão de servidores pela PCDF, nos últimos 12 (doze) meses⁴, conforme registrado no demonstrativo de fls. 64/67 do Anexo I.

12 Em síntese, verificou-se que a PCDF examina os pedidos de cessão de servidores observando o disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4.878/1965⁵, bem como as recomendações contidas no Relatório de Auditoria Anual de Contas n. 201109258, Auditoria n. 246555, fls. 130/132 do Anexo I, elaborado pela Controladoria Geral da União⁶.

13 Em síntese, o regramento vigente prescreve que os quadros da Polícia Civil do Distrito Federal só podem ser cedidos quando atendidos aos menos

⁴ Contados a partir de outubro/2013.

⁵ Lei n. 4878/65 - Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

(...) Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente à do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.

⁶ RECOMENDAÇÃO: 001- Recomendamos ao Gestor do FCDF atuar junto à PCDF e aos demais órgãos do Governo do Distrito Federal, de forma a buscar maior agilidade no reembolso ao fundo dos recursos relativos a pagamentos a servidores cedidos.

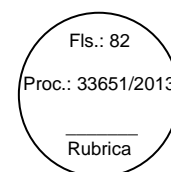
RECOMENDAÇÃO: 002 - Recomendamos à PCDF que adote as providências para o retorno dos servidores cedidos, mediante notificação prévia, nos casos de não efetivação dos reembolsos devidos, em atendimento ao contido no § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001, sob pena de suspensão do pagamento da remuneração, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 10, do mesmo decreto.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Recomendamos à PCDF nos casos de continuidade de cessão, verificada sua regularidade, proceder à comunicação mensal dos valores a serem reembolsados pelos órgãos cessionários, conforme o disposto no § 1º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001.

RECOMENDAÇÃO: 004 - Recomendamos à PCDF notificar os servidores cedidos para o exercício de funções não correlatas ao seu cargo que deverão retornar ao exercício de seus cargos, conforme o disposto no art. 71, da Lei n. 4.878/65.

RECOMENDAÇÃO: 005 - Recomendamos à PCDF observar na cessão de servidores o enunciado no parágrafo único do art. 23 do Decreto n. 59.310/66, que dispõe que o afastamento obedecerá sempre a prazo certo, permitida, contudo, a sua prorrogação, no interesse do Serviço Público.

RECOMENDAÇÃO: 006 - Recomendamos à PCDF solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG a criação de códigos identificadores no SIAPE para os cessionários do Distrito Federal, a exemplo do código criado para a Câmara Legislativa do DF, como informado, de modo a possibilitar o controle administrativo via sistema das cessões procedidas.



os seguintes requisitos:

- ✓ Correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado (art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965);
- ✓ Ressarcimento das despesas relacionadas ao cargo efetivo pelo órgão cessionário (§ 2º do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001);

14 Não obstante, na amostra examinada, verificou-se a cessão de diversos servidores sem a realização de estudos prévios capazes de comprovar a existência de correlação entre os cargos efetivo e comissionado. Ademais, em alguns casos, quando o citado estudo foi realizado pela PCDF e houve a indicação da ausência de correlação das atribuições, a restrição legal restou ignorada pelo Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal⁷, que autorizou a cessão sem a suficiente motivação.

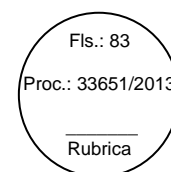
15 Aponta-se, como exemplo das falhas apontadas, as seguintes cessões:

Processo nº 052.000.761/2011: WELLINTON TORRES ANTUNES. Nomeado em 14/03/2013 para exercer o cargo de Assessor Especial da Subsecretaria de Acompanhamento Ambiental da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07), sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 111/112 do Anexo I;

Processo nº 052.000958/2003: PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO. Nomeado em 25/03/2013 para o cargo de Subsecretário da Subsecretaria de Logística e Infraestrutura da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde (CNE-02), sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 119/120 do Anexo I ;

Processo nº 052.000.686/2006: JANINE RODRIGUES BARBOSA. Ocupava o cargo de Administradora Regional de São Sebastião até 10/03/2013. Em 11/03/2013, foi devolvida à PCDF, fl. 124, quando já se encontrava nomeada para o cargo de Assessora Especial do Gabinete da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07). Em 14/03/2013, foi apresentada à citada Secretaria, sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 125, 127 e 143 do Anexo I;

⁷ Competência delegada nos termos do Decreto n. 22.994/2002, art. 1º, I – Autorizar cessão e prorrogação de cessão de servidor para órgão ou entidade da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, bem como de empresas públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal.



Processo nº 052.000.404/2013: JONHSON MESQUITA OLIVEIRA. Nomeado para o cargo de Assessor da Subsecretaria de Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07), em 14/03/2013, fl. 200.. Neste caso, igualmente, não foi realizada a correlação entre os cargos efetivo e comissionado, fl. 217.

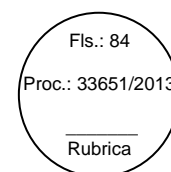
Processo nº 052.001.308/2013: JOÃO PAULO SANT'ANA DA CONCEIÇÃO. Nomeado para o Cargo de Gerente da Gerência de Apoio Rural da Administração Regional de Brasília, em 02/08/2013. Em 05/08/2013, o Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF se manifestou contrariamente à correlação entre os cargos efetivo e comissionado, fls. 168/173. Mesmo o estudo sendo reiterado pela Direção-Geral da PCDF, fls. 177/179, em 09/08/2013, o Secretário de Estado de Governo autorizou a referida cessão, fl. 180 do Anexo I;

16 Registre-se que a inobservância do disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965 chega ao ponto de, em diversos casos, a PCDF tomar conhecimento da cessão de seus servidores após a publicação do ato de nomeação para o cargo em comissão ou função de confiança no Diário Oficial do Distrito Federal, ocasião em que, tardiamente, a Corporação procura obter informações para verificar o atendimento da exigência legal, conforme demonstram os documentos de fls. 111/112, 119, 127, 143 e 217 do Anexo I.

17 Por fim, cabe noticiar que o Secretário de Estado de Governo, por meio do Ofício – DGPC (cópia com número borrado), de 10/09/2012, Protocolo nº 722.298/2012-DGPC, fls. 135/139 do Anexo I, foi informado pela PCDF das restrições impostas pela Lei Federal n. 4878/1965 na cessão de servidores da PCDF. Todavia, nenhuma providência efetiva foi adotada pela referida autoridade, tanto no que se refere aos servidores cedidos indevidamente, quanto ao indeferimento de novas cessões irregulares.

18 Assim, deverá o Tribunal:

- a) determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, por meio da:
 - i. verificação da correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF cedidos para os complexos administrativos distrital, estadual, municipal e federal;
 - ii. adoção de providências cabíveis para: 1) o imediato retorno à PCDF



dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma, 2) evitar que falhas semelhantes ocorram no futuro;

- iii. remessa à Corte, em 45 (quarenta e cinco) dias, da documentação probatória das medidas corretivas efetivamente adotadas;
- b) com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990, autorizar a realização de audiência do Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Sr. Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa, tendo em vista a cessão de servidores dos quadros da PCDF em desacordo com o disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, alertando-o sobre a possibilidade da aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n. 01/1994.

DECISÃO N. 1929/2013 (ITEM II)

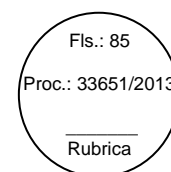
19 Na Sessão Ordinária n. 4595, de 05/05/2013, ao examinar o Processo n. 988/2002⁸, mediante a Decisão n. 1929/2013 (itens II e III-a), fl. 41 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:

II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079- 1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/1990; III. autorizar: a) a verificação, em futura auditoria, das medidas que vierem a ser adotadas; (...).

20 Para verificar o atendimento da referida determinação da Corte, por meio da Nota de Inspeção nº 01/33651/2013, fls. 71/72, foi solicitado à PCDF o histórico funcional dos servidores indicados na deliberação acima, bem como a relação daqueles que, pertencentes aos quadros da Corporação, estivessem com lotação na Subsecretaria do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SESIPE/SSP. Adicionalmente, foram realizadas inspeções *in loco* nesses órgãos.

21 Conforme registrado no PT – 02, fl. 83 do Anexo I, verificou-se que os servidores indicados na Decisão n. 1929/2013 (item II) continuam lotados na SESIPE/SSP, salvo os de matrícula ns. 25.906-3 e 31620-2, que se encontram aposentados, de ns. 57.777-4 e 57.372-8, lotados em outras unidades da SSP, e de

⁸ Autuado para processar a Auditoria Operacional realizada na então Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar e no Departamento de Trânsito, órgãos e entidades integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, no exercício de 2003; em que restou constatada, entre outras falhas, a cessão irregular de policiais e bombeiros militares e policiais civis ao Sistema Penitenciário distrital.



n. 58.154-2, com exercício na PCDF.

22 Além disso, encontra-se registrada no PT - 03, fls. 94/95 do Anexo I, a existência de novas lotações de servidores da PCDF na SESIPE/SSP, as quais não se enquadram nos ditames do art. 93, inciso I, da Lei Federal n. 8.112/1990, observando o entendimento constante na Decisão n. 1929/2013.

23 Para aprofundar o exame da questão e conhecer eventuais ações desencadeadas pela SSP em atenção à Decisão n. 1929/2013, foi realizada reunião com o Subsecretário de Administração Geral/SSP, Sr. ÁLVARO HENRIQUE F. DOS SANTOS, que comunicou que até a presente data a Secretaria não havia adotado nenhuma ação efetiva em relação aos servidores cedidos pela PCDF e com desempenho de suas atividades na SESIPE/SSP, em desacordo com o referido normativo federal.

24 Tal situação, em princípio, poderia indicar o descumprimento da Decisão n. 1929/2013 (item II). Contudo, considerando que a deliberação plenária não estabeleceu prazo previsto para o seu cumprimento, pode o Tribunal reiterá-la à SSP, fixando o período de 30 (trinta) dias para a adoção das providências saneadoras cabíveis.

25 Nesta fiscalização, foi proposta a responsabilização do seguinte responsável:

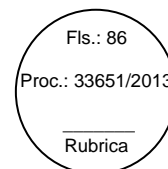
TABELA DE RESPONSÁVEIS

Nº	Nome Completo	CPF / CNPJ	Sanção / Débito	Valor do débito	Data de constituição do débito	Ref. (§)
1	Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago	488.284.161-49	Multa art. 57, II	N/A	N/A	§ 18

SUGESTÕES

26 Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente Inspeção realizada na Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, bem como dos documentos constantes às fls. 01/86 e no Anexo I, fls. 01/227;
- II. considere superado o item IV-a da Decisão n. 596/2006, em face do entendimento contido na Decisão n. 6868/2006 e do desfecho

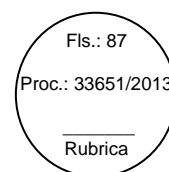


do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3, cujo objeto restou não provido;

- III. reitere à SSP/DF o item II da Decisão n. 1929/2013, determinando-lhe que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida anotada nesta Inspeção, observando as diretrizes contidas no Processo nº 988/2002; bem como remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação probatória das medidas efetivamente realizadas;
- IV. determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, por meio da:
 - a) verificação da correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF cedidos para os complexos administrativos distrital, estadual, municipal e federal;
 - b) adoção de providências cabíveis para: 1) o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma, 2) evitar que falhas semelhantes ocorram no futuro;
 - c) remessa à Corte, em 45 (quarenta e cinco) dias, da documentação probatória das medidas corretivas efetivamente adotadas;
- V. autorize:
 - a) com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990, a audiência do responsável indicado no § 18-b da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa, tendo em vista a cessão de servidores dos quadros da PCDF em desacordo com o disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, alertando-o sobre a possibilidade da aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n. 01/1994.
 - b) o envio de cópia deste Relatório à SSP/DF, PCDF e SEGOV/DF;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



Brasília (DF), 15 de dezembro de 2013.